

Memória e mudança social no povoado do Aventureiro (RJ): o passado revisitado e o direito ao futuro

Gustavo Villela Lima da Costa*

Localizada na região sul do estado do Rio de Janeiro, a Ilha Grande, em frente à baía de mesmo nome, pertence ao município de Angra dos Reis. É a maior ilha do estado, com uma área de 193 km² e possui relevo bastante acidentado com inúmeros picos, sendo o mais alto o Pico da Pedra d'Água, com 1.031 metros de altitude, seguido pelo Pico do Papagaio com 982 metros. Na Ilha existem 106 praias e diversas enseadas. Seu sistema hidrográfico é composto por numerosos cursos d'água que descem pelas montanhas, e abastecem as populações de diversas localidades da Ilha Grande. Existem ainda na ilha alguns rios de maior porte como o Capivari, o Matariz, o Andorinha, os Dois Rios e o Córrego do Sul. Área de domínio da Mata Atlântica e ecossistemas marinhos associados, a Ilha Grande é ainda, em grande parte, coberta por densa floresta. Ao longo da história diversas atividades econômicas foram desenvolvidas na Ilha Grande, entre as quais o extrativismo de madeira, o cultivo de cana-de-açúcar e café, a criação de gado, a fabricação de sardinha em conserva, a pesca embarcada e, mais recentemente, o turismo.

Neste artigo¹ proponho-me a observar e analisar um processo – em curso – de transformações sociais ocasionadas pela atividade turística no

* Antropólogo, professor adjunto do curso de Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (CCHS/UFMS).

1 Este artigo é fruto de minhas pesquisas de mestrado e doutorado em Antropologia Social pelo Museu Nacional, realizadas entre os anos de 2002 e 2008. Desde então, aconteceram mudanças significativas no governo do estado do Rio de Janeiro. A FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) citada neste artigo foi extinta, e entrou em seu lugar o INEA (Instituto Estadual do Ambiente).

povoado do Aventureiro,² bem como a produção de memórias dos moradores do local a respeito do seu próprio passado, ou seja, as interpretações que fazem dessas mudanças. Essas transformações foram propiciadas por diversos fatores, entre os quais destaco, em ordem cronológica: a abertura da rodovia Rio-Santos (trecho da BR-101) na década de 1970, que “aproximou” a região dos dois maiores centros urbanos do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo); a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981, que tornou ilegal a presença da população na praia do Aventureiro; a desativação do Instituto Penal Cândido Mendes na praia de Dois Rios, na Ilha Grande, em 1994, que transformou a Ilha Grande em fronteira aberta ao mercado imobiliário e turístico. A partir da possibilidade de viver do turismo, percebeu-se o abandono progressivo da pesca e da agricultura de subsistência por parte dos moradores, que passaram a administrar *campings* em seus terrenos.

A reserva biológica, categoria na qual está inserido o povoado do Aventureiro, constitui o tipo de unidade de conservação (UC) mais restritivo quanto à presença humana; originalmente, a legislação previa a remoção do povoado da praia. Permanecendo no local, portanto, a população do Aventureiro pôs-se em situação de ilegalidade. Se por um lado essa situação jurídica específica favoreceu um conjunto de práticas tutelares³ de dominação sobre a população por parte do órgão ambiental,⁴ por outro, acabou (de maneira não planejada) protegendo a praia da intensa especulação imobiliária, o que possibilitou não apenas a permanência dos moradores no Aventureiro, mas também a gestão do negócio do turismo por parte deles próprios, ao contrário do que ocorreu nas demais praias da Ilha Grande, onde a atividade é administrada pelo grande capital ou por empresários.

As principais questões que pretendo discutir aqui são: Como os moradores do Aventureiro interpretam e dão significado às mudanças ocorridas

2 Povoado com pouco mais de 100 habitantes, está localizado na parte sul da Ilha Grande, voltado para o mar aberto.

3 A tutela é entendida aqui como uma forma de dominação específica (Oliveira Filho, 1988; Souza Lima, 1995) que prevê a superioridade inquestionável dos “tutores” – neste caso os funcionários do órgão ambiental, que passam a vigiar a conduta dos moradores. Além disso, nessa dinâmica tutelar, o território da Reserva Biológica foi definido à custa de um processo de alienação das dinâmicas internas do povoado do Aventureiro (Costa, 2010b).

4 Este artigo, entretanto, não se concentrará nas complexas e conflituosas relações que se estabeleceram entre o órgão ambiental e a população do Aventureiro, abordadas em outras publicações (Costa, 2010a, 2010b).

entre as décadas de 1990 e 2000, após a desativação da penitenciária e a explosão do turismo na Ilha Grande? Como o passado é ressignificado politicamente a partir da construção de uma memória “coletiva” (evidenciada em relatos convergentes)? De que forma esse passado – em grande medida reinventado – nos permite compreender os significados do presente e as projeções para o futuro por parte dos moradores?

Com base na pesquisa etnográfica em debate com a história oral, espero me aproximar dos significados e sentidos que influenciam as ações das pessoas e as suas interpretações do curso da história.

A pesquisa foi realizada no povoado do Aventureiro entre os anos de 2002 e 2008. Nesse período, além da observação participante, consagrada no método etnográfico, realizei e gravei entrevistas com pelo menos vinte moradores, de diferentes gerações. Em mais de 20 horas de gravação, algumas entrevistas foram realizadas com apenas um morador e outras foram feitas coletivamente. Somente o longo tempo de permanência no local me permitiu acessar a intimidade dessas pessoas, que depositaram grande confiança em meu trabalho, o que me permitiu gravar os testemunhos pessoais, em um necessário processo de colaboração entre o pesquisador e os interlocutores da pesquisa (Thompson, 1992). Na medida em que gravava as entrevistas, não apenas foi possível trabalhar com o “ponto de vista nativo” para entender os conflitos entre a população e o órgão ambiental, mas também reconstruir sua história, a partir de seus próprios discursos.

Procurei interpretar o material empírico levando em conta as coerções sociais que atuam no momento em que um sujeito se lembra de algo, assim como o reforço de uma lembrança pelos outros; as pressões para que a visão corrente sobre o passado se conforme às necessidades do presente; e as inflexões nas lembranças devido às referências de tempo e espaço reconhecidas e fixadas pelos moradores do Aventureiro.

A ideia de pensar a vida social como um processo (a partir do ponto de vista dos moradores) mostra-se, então, mais útil, do que a de entendê-la como um sistema cultural totalizante. Qualquer visão essencialista do conceito de cultura tenderia a reificar a mudança como perda de uma suposta cultura “tradicional” ou “caiçara”. Entende-se, com base em Leach (1995), que as estruturas sociais ou culturas são, em grande medida, modelos ideais “inventados” pelos antropólogos e também pelos próprios “nativos”. Termos como “cultura caiçara” ou “população tradicional” devem ser entendidos, portanto, como categorias políticas ou jurídicas, e não como um retrato engessado da

realidade ao qual a população do Aventureiro deve se adequar. Além disso, as mudanças se devem justamente às incoerências e contradições que se estabelecem na interseção entre os sistemas ideais, produzidos pelos próprios “nativos”, e a prática desses indivíduos, que manipulam as alternativas a partir das incongruências nos sistemas de valores (Leach, 1995).

Os testemunhos, assim, são considerados como instrumentos de reconstrução da “identidade” e serão interpretados em seus aspectos políticos; mesmo que constituam um discurso autobiográfico, podem ser compreendidos como a “encarnação de um destino coletivo” (Pollak, 1990). Não custa lembrar, porém, que não existe uma “memória coletiva” unívoca, pois as lembranças dos eventos passados vividos pelos moradores do Aventureiro apresentam entre si tanto elementos convergentes quanto divergentes; além disso, as afinidades entre as diferentes lembranças dos moradores por mim registradas não equivalem a uma confirmação de que aquilo que foi lembrado seja “a verdade”.

Nesse sentido, procuro partir de uma premissa de Guérios (2007), que propõe trabalhar com a sociologia da memória da seguinte forma: em vez de definir como objeto uma “memória coletiva”, cuja comprovação empírica será sempre problemática – pois trata-se, em grande medida, de um modelo ideal criado pelo pesquisador e pelos entrevistados –, pretendo analisar os constrangimentos sociais que operam sobre uma pessoa quando ela se refere a seu passado; em outras palavras, enfocar as condições sociais de produção das lembranças (Bosi, 1973).

A reconstrução da identidade dos moradores do Aventureiro, a partir de suas próprias memórias, tem uma importância política muito grande no campo das disputas simbólicas, que estão baseadas em categorias identitárias e jurídicas que foram amplamente utilizadas nos conflitos que envolvem a permanência da população no local. Por estar inserida, desde 1981, em uma área de preservação permanente, a população do Aventureiro conviveu com restrições legais e constantes ameaças de expulsão do local. Ao longo do tempo, a permanência dos moradores se baseou em negociações jurídicas, que tenderam a ocorrer nos termos dos detentores do capital simbólico oficial (os órgãos ambientais, a prefeitura de Angra dos Reis e o Ministério Público Estadual), produtores de um discurso técnico-científico – aprendido e utilizado pelos moradores (Bourdieu, 2003). Esses discursos alegavam que, pelo fato da população do Aventureiro ter se “descaracterizado culturalmente”, não teria mais direito à terra enquanto “população tradicional”.

O meio ambiente e a “cultura tradicional” constituem, portanto, os argumentos e o vocabulário comuns em que as questões jurídicas são negociadas. No ano 2000, um inquérito civil público foi instaurado, pedindo, entre outras medidas, o “remanejamento” da população (ou seja, sua expulsão) para Angra dos Reis. Um dos argumentos levantados junto ao Ministério Público Estadual foi o da descaracterização cultural da “comunidade tradicional caiçara”, que estaria abandonando práticas tradicionais para viver do turismo. A interpretação é marcada pelo pressuposto de imobilismo cultural e de engessamento econômico e não leva em conta o ponto de vista dos moradores a respeito de suas próprias vidas. Neste momento, a memória dos moradores se torna uma ferramenta de defesa de seus interesses, e o passado e a tradição entram na arena de disputas simbólicas pela legitimidade da permanência da população na praia do Aventureiro.

Os usos políticos da memória e os seus significados a partir do ponto de vista dos moradores do Aventureiro podem, então, ser entendidos nos termos de Wagner (2009), como elementos que mobilizam uma “força inovadora”, a partir da “invenção” do passado. Esse processo pode contribuir para a compreensão do modo como as culturas inventam a si mesmas, em uma relação dialética entre “invenção” e “contexto”; ou seja, as associações simbólicas compartilhadas como “tradição” e “cultura” são dependentes de contínua reinvenção ao longo da história (Wagner, 2009).

O cotidiano do Aventureiro

Ao chegar ao Aventureiro, o visitante se depara com algumas poucas casas construídas de frente para o mar, enquanto outras estão escondidas nas encostas pela cobertura vegetal. Muitos terrenos não têm cercas, e das casas que estão próximas à areia, veem-se nas varandas algumas mesas e cadeiras que informam a existência de um bar ou restaurante – em geral, essas são as casas mais beneficiadas para o estabelecimento de *campings*, por conta da sua localização. Os ranchos de pesca, que guardam as canoas, ficam na praia, e em épocas de pouco movimento de turistas, é possível observar homens consertando suas redes de pesca, que podem estar secando ao sol. Ao final da tarde se avistam os pescadores recolhendo as redes de espera e trazendo o produto da pesca daquele dia. Muitos homens aproveitam o momento de pouca visitação turística também para fazer pequenas obras de infraestrutura em seus terrenos.

Nas casas, as mulheres estão lavando roupa, cozinhando. De manhã, há pouco movimento dos jovens e crianças, que em sua grande maioria estão na escola, que fica na praia vizinha do Provetá. A escola do Aventureiro abriga os alunos menores (ensino fundamental) e é possível escutar as brincadeiras e a algazarra infantil que vem da escola. Alguns moradores mais velhos saem para pescar nos costões rochosos com linha, tanto de manhã cedo quanto no fim de tarde. No início da noite começam os ruídos dos motores dos geradores de energia elétrica movidos a óleo diesel, que possibilitam o funcionamento das televisões, DVDs, aparelhos de som, computadores, além dos refrigeradores, que produzirão gelo para preservar os alimentos para o dia seguinte. O tempo de funcionamento dos geradores depende da condição econômica de cada família, pois o preço do óleo diesel impede que eles funcionem durante todo o dia. Da praia, é possível ver por trás da mata o brilho das luzes das casas mais escondidas. Em geral, por volta das dez horas da noite, os motores são silenciados e as famílias vão dormir, pois no dia seguinte por volta das seis horas todos já estão de pé, seja para ir à aula ou para recolher as redes de pesca e fazer os trabalhos domésticos.

Se o visitante chegar ao Aventureiro em uma época de temporada turística, (feriados e férias escolares e universitárias), a impressão será totalmente diferente. A movimentação na praia é intensa, com inúmeros barcos repletos de turistas. Nos terrenos das casas, homens e mulheres, em geral jovens com idade entre 15 e 25 anos, montam suas barracas de *camping*. Os turistas já acomodados estão na praia, com seus guarda-sóis e suas cangas estendidas, jogando frescobol, ou praticando o surfe. Já é possível, então, notar o funcionamento dos bares a pleno vapor, com os moradores trabalhando na venda de bebidas, principalmente a cerveja. Logo pela manhã, têm início os trabalhos nas cozinhas, que exalam o cheiro dos refogados do feijão e arroz, base dos pratos-feitos que serão completados no final da manhã, quando começa a fritura das batatas e do peixe à milanesa, cardápio comum em todas as casas. Nessas ocasiões, os chefes de família ficam em casa recebendo e organizando os turistas em seus terrenos, com a ajuda de algum filho homem ou vizinho. As mulheres ficam na cozinha produzindo as refeições. A pesca em rede de espera continua a ser feita pelos homens, já que boa parte do peixe consumido nos pratos-feitos é pescada pelos próprios donos dos *campings*.

Nesse período, alguns donos de barco do Aventureiro aproveitam para pescar com uma pequena tripulação, com a rede traineira, cercando cardumes um pouco mais longe da costa para prover os restaurantes com pescado.

Em pouco tempo, os turistas estão acomodados e se espalham pelas praias do Aventureiro, do Demo, do Sul e do Leste (praias vizinhas). Um visitante desavisado não seria capaz de distinguir um turista de um jovem morador do Aventureiro, com suas tatuagens, *piercings*, gírias, e roupas da cidade grande. As mulheres jovens do Aventureiro ficam mais em casa, não saem tanto quanto os homens e não mostram tanto seus corpos (é muito raro ver uma moradora andando somente de biquíni pela praia). A maioria dos jovens do Aventureiro em época de grande movimento está trabalhando nos *campings* e restaurantes, já que o sucesso do trabalho das famílias depende da divisão das tarefas – o que demonstra que, mesmo com intensas mudanças, o trabalho tradicionalmente familiar foi readaptado para a gestão dos *campings*. Algumas famílias menores buscam reforço em outros moradores, mediante o pagamento de salário. Na alta temporada, o visitante observa o grande movimento de barcos, lanchas e iates que passam por ali e o funcionamento da cabine na areia da praia, onde ficam os donos de embarcações que transportam os turistas (o pagamento das passagens é organizado pela Associação de Moradores).

De noite os geradores de energia elétrica funcionam até o início da madrugada, quando ainda é grande a venda de bebidas alcoólicas como a cerveja, a catuaba e o vinho. Quando as luzes se apagam, os turistas e alguns moradores do Aventureiro, em geral os mais jovens e do sexo masculino, fazem fogueiras na praia para os luaus e ficam bebendo e tocando violão até mais tarde. A movimentação intensa prossegue o fim dos feriados, quando novamente o Aventureiro se esvazia e os moradores se readaptam à outra rotina, que aproveitam também para realizar eventuais obras de infraestrutura, a fim de estarem preparados para o próximo feriado.

Nas conversas com os moradores, o passado recente do Aventureiro é a todo o momento evocado, e eles fazem questão de mostrá-lo como “os tempos difíceis”, de “pobreza”, “miséria”, sobretudo no que se refere aos bens materiais, em oposição aos dias de hoje, em que vivem do turismo. É muito recorrente no discurso dos moradores, sob a constante ameaça de expulsão, a ideia de que “eles roeram o osso e agora querem comer o filé”. Percebe-se essa visão no trecho a seguir:

Luís – Era tudo improvisado aqui. Tudo improvisado. Por exemplo, pra trazer água pra casa tinha que cortar um bambu grossão, lascar eles todos, levar lá, 200 metros daqui e vinha botando um no rabo do outro. A água

vinha passando por dentro do bambu até chegar aqui. O colchão era de esteira, que tirava lá na praia do Sul. Tinha aquela taboa, já ouviu falar na taboa? O morador ia lá, cortava aquilo, trazia, chegava aqui, fazia aquelas esteiras. Todo mundo tinha a sua pra dormir, ninguém tinha colchão. Foi com o dinheiro da pesca mesmo que começou a aparecer umas espumas, mas era baratinho, as espumas. Você comprava as mais fininhas, começou a juntar pra comprar. Hoje em dia neguinho não junta dinheiro pra comprar um gerador? Naquela época eles juntavam, economizavam pra comprar colchão.

Janete (esposa de Luís) – Antigamente a gente não comia arroz com feijão todo dia, não. Agora é todo dia. Antigamente a gente comia mais peixe. Agora a gente sempre come, mais carne, mais frango, mais linguiça do que peixe, agora. Legume, sempre que vou em Angra, eu compro.

Pesquisador – Como foi sua infância?

D. Santinha (mãe de Luís) – Era uma vida difícil. O Aventureiro era completamente diferente. Quem não conheceu aquele Aventureiro diz que nunca foi. O Aventureiro era diferente. Agora com esse negócio de turismo, até mesmo o pessoal do lugar, ficam assim, mais, sei lá, sem querer mais, até com o trabalho da roça. Nosso dia a dia, nem escola tinha.

Nesses relatos, os moradores produzem um discurso no qual passado é considerado como o tempo da escassez, quando “a vida era difícil”, contrapondo-o ao presente, da “fatura”. Em outras ocasiões, o presente é marcado por uma sensação de abertura e incerteza quanto ao futuro (entendida pelas pessoas como algo negativo no que se refere à ameaça de expulsão e positivo no que toca a novas possibilidades de trabalho e estudo, por exemplo). A incerteza ou a imprevisibilidade, portanto, não é entendida apenas em um sentido negativo, já que com os recursos financeiros, os novos contatos pessoais, a interação com os turistas, a escola, a televisão, ou seja, com todos esses novos fatores, houve uma mudança acentuada no dia a dia dos moradores, que inseriram novos símbolos e novos contextos para a reinvenção de suas identidades e de suas vidas.

Dessa forma, as famílias do Aventureiro vislumbram novas possibilidades para si, ao contrário do que ocorria no passado recente, quando as possibilidades de trabalho e renda restringiam-se basicamente à pesca (assalariada ou em canoas) e à “roça”. Essa diversificação de oportunidades aparece, em

muitos sentidos, como o oposto da imobilidade e da pobreza atribuídas, no discurso, aos antepassados. É preciso destacar, entretanto, que esse passado nunca foi “imóvel” na realidade, a sensação de que “as coisas sempre foram assim” é gerada na comparação com as mudanças mais abruptas e visíveis do presente.

A mudança social também ocorre porque algumas escolhas são vistas e interpretadas pelas pessoas como mais vantajosas do que outras, e neste ponto levamos em conta a questão da sobrevivência e da subsistência, além da ambição social, da reputação e do prestígio pessoal. A mudança social não deve ser compreendida a partir de um significado desagregador, ou como “destruidora da lei, da lógica e da convenção” (Leach, 1995, p. 328). As normas e os comportamentos convencionais que ao longo da história se cristalizam não ordenam todo o mundo social, pois sempre existe uma margem de escolha ou inovação (como foi o caso do turismo nos *campings*), que significa mudanças importantes no modo de agir, pensar e sentir.

O Aventureiro por seus moradores: o passado revisitado

Nas minhas conversas e entrevistas com os moradores, três temas relacionados ao passado aparecerem recorrentemente: o tempo em que o Aventureiro era “pobre” e um lugar “isolado”, nos tempos da “roça”; a perigosa convivência com a penitenciária e a fuga de presos, com a constante ameaça de violência, sequestros e estupros; por fim, a pesca embarcada, atividade essencialmente masculina que absorvia os chefes de família, impedindo-os de colaborarem nas roças, bem como de proteger suas famílias.

Duas questões me surgiram a partir desses tópicos levantados pelos próprios moradores: Por que esses três assuntos foram lembrados e marcados pelos moradores? Qual visão têm do passado recente os moradores que mudaram de atividade e que vivem uma nova realidade social? Qual a relação entre essas lembranças e a luta política pela permanência na praia do Aventureiro? Com base nessas questões creio ser possível realizar um movimento analítico duplo: por um lado, observar como os próprios moradores interpretaram e elaboraram discursivamente o processo de rápida mudança social em que estão inseridos; por outro, tomando como fundamento essas lembranças, demonstrar como certos elementos do passado – tais como o trabalho

comunitário na época do mutirão, da pesca de arrasto da tainha e da abertura de roças, a vigilância e abrigo comuns na época da fuga de presos – contribuíram para criar um sentimento de coesão entre os moradores, diante da ameaça constante de expulsão do local.

Em primeiro lugar, essa coesão social foi construída em torno das relações de reciprocidade estabelecidas pelos moradores por meio de ações do cotidiano. Essas práticas acabaram forjando um sentimento de unidade de grupo baseado em elementos de um passado comum compartilhado pelos moradores. O sentimento de coesão, de um passado de “sofrimento” compartilhado, é acionado politicamente para demonstrar a posse dos moradores sobre aquele território, com base no “suor do trabalho”. Além disso, contribuiu para fomentar ações como a construção de uma associação de moradores para promover reuniões com o poder público e opor uma resistência efetiva a qualquer ameaça de expulsão em função da legislação ambiental.

Nesta análise, é preciso levar em conta que a posição que um determinado sujeito ocupa em uma configuração social é um dos fatores que gera diferenças e semelhanças na produção e no relato de lembranças, ou seja, pessoas que ocupam posições semelhantes em uma dada rede de interdependência – como é o caso dos moradores do Aventureiro – têm suas lembranças inflectidas em uma mesma direção, “pois observaram o evento original, estando sujeitas a constrangimentos similares” (Guérios, 2007, p. 48). Isso explica, em grande parte, certo grau de homogeneidade nas lembranças dos moradores do Aventureiro. Analisando o material recolhido, percebi que se formou um quadro de lembranças convergentes entre os moradores, e que esse quadro se deve, em grande parte, aos elementos que constrangeram os relatos no momento em que essas lembranças foram produzidas.

Os principais fatores de constrangimento dessas lembranças se devem à situação de tensão vivida pelos moradores do Aventureiro por conta da constante ameaça de expulsão e do processo de criminalização de suas práticas de subsistência, em função da legislação ambiental. Com base nisso, entende-se que a produção de uma “memória coletiva” ocorre a partir de lembranças convergentes que atuam como um “dever de memória” por parte dos moradores do Aventureiro, que lutam pela sua reprodução social e sobrevivência em seu local de origem.

Produção de uma “memória coletiva”: os marcos dos moradores

Um dos primeiros elementos que podemos destacar no passado lembrado pelos moradores é o isolamento da praia do Aventureiro. Esse isolamento é lembrado a partir do presente, em que quase todas as famílias têm acesso aos barcos a motor, aos celulares, ao rádio – e o trânsito para o continente se torna a cada dia mais rotinizado. Além disso, a inserção do Aventureiro na rota do turismo internacional levou pessoas de diversos locais para lá, ampliando as formas de interação social dos moradores. Percebemos, entretanto, que o isolamento do passado era relativo, já que o contato com o continente sempre foi necessário para a sobrevivência das pessoas no Aventureiro. Desautoriza-se assim qualquer visão idealizada de uma população autóctone vivendo da roça, da caça e da pesca de subsistência, pois o comércio de produtos agrícolas (vendidos em Angra dos Reis) e de pescado (comercializados do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul) era de suma importância para a sobrevivência das famílias.

Com o novo trabalho no *camping*, as famílias conseguem uma renda mais alta, o que permite ao pai de família trabalhar em sua casa, como dono do próprio negócio. Esses fatores favorecem a produção dos discursos negativos sobre o trabalho na pesca embarcada, que era a principal ocupação dos homens na região entre as décadas de 1960 e 1990. Além disso, de fato, o trabalho na pesca tem características próprias relacionadas à incerteza (nem sempre se encontram os cardumes), ao risco de vida, às dívidas com o patrão, que contribuem para produzir esses discursos aos olhos da situação presente. De acordo com Duarte (1999), a remuneração da força de trabalho dos pescadores embarcados não é típica do assalariamento capitalista, ao mesmo tempo em que se afasta da forma da remuneração por partilha vigente na pequena produção. Essas condições de anomalia em face do modelo do salário são na verdade comuns à maior parte da produção pesqueira dita “industrial” em todo o mundo: o pescador fica preso ao dono do barco pelos “vales,” dívidas que não consegue saldar, e dentro do próprio barco, espaço restrito, perigoso, do qual não se pode evadir:

P – Tem saudades do tempo da pesca?

Luís – Não! Trabalhei esses anos todos na pesca, mas não me acostumei. Nunca me acostumei, mas tem uns que gostam. Pesquei esse tempo todo

porque era obrigado, pra não passar fome, mas dizer que eu gostava, que era acostumado... Pô, a coisa que eu mais gosto de fazer é quando chega a noite, dormir. Na pesca não podia fazer isto, levava quatro, cinco noites sem dormir e às vezes dormia até demais da conta. Ficava o dia preso dentro, a bordo do barco. É uma prisão, né? O barco é uma prisão flutuante.

Entre os elementos que destaco a respeito do passado recente dos moradores do Aventureiro está o fato de que o isolamento relativo fomentou um conhecimento empírico em relação ao meio ambiente que garantiu a sobrevivência das famílias. Esse conhecimento fica explícito nos relatos, seja com relação à saúde, onde aparecem as parteiras e as rezas e remédios, feitos à base de chás e ervas, à alimentação, com o que era produzido, colhido, caçado e pescado, ou com relação à construção de casas de estuque, ou à construção de canoas, feitas nos tronco escavado, com matéria-prima do local. O dinheiro, de fato, circulava muito menos no povoado do Aventureiro, e os moradores tinham outro padrão de consumo, já que eram poucos os que tinham um trabalho assalariado regular.

D. Santinha – Dinheiro quase não existia, meu pai saiu daqui do Aventureiro com meu avô, foram trabalhar quando abriu a primeira estrada em Angra, estrada de ferro, que ia pra Barra Mansa. Foram pra lá, trabalharam lá, ganhar um dinheirinho. Trabalhou fora. Meu tio Zé Cardoso foi guarda no Abraão. Pra ganhar um dinheirinho foi trabalhar na estrada do Abraão até a Colônia [penal]. Qualquer trabalho pegava. Então era duro, era brabo mesmo.

P – E faziam o que com o dinheiro? Compravam o quê?

Luís – Pouca coisa. Vendia, comprava outras coisas. E ia juntando o dinheiro. Ia juntando. Também não tinha muita coisa pra comprar, porque tinha tudo aqui. No Provetá também não tinha muita coisa a vender. Não adiantava se você pegasse um dinheiro no Provetá pra gastar, que não tinha como você gastar. Hoje em dia tem um monte de novidade que traz pra cozinha, que naquela época não tinha. Não tinha nada. Naquela época era só feijão, arroz, mesmo, que não tinha nada pra vender. Um biscoito, só isso.

Alguns trechos das entrevistas mostram de que forma esse passado é lembrado a partir de hoje: destacam-se as ideias de isolamento e da necessidade de

autossuficiência, de que as soluções precisavam partir dos próprios moradores (dos objetos do cotidiano às curas por benzimento e por ervas medicinais):

P – Se alguém ficasse doente, como era?

Luís – Minha avó sabe rezar. Que nem lá no Amazonas, aquelas benzedeiças de lá. Hoje em dia, tá passando mal, telefone, é Defesa Civil pegando. Hoje até faz uns remedinhos aí, mas hoje se morder uma cobra, agora, antes de pegar um remédio, é pegar um celular e ligar pra Defesa Civil. Antes não.

P – Como que tratava?

D. Angelina (avó materna de Luis) – Benzimento e ervas. Pegava a erva, socava, botava em cima daquela cesura e com o benzimento, né? Aí você pegava, botava lá o pezinho dele, aí você rezava: ‘Ô cobra, você não mordeu no Manoel, você mordeu na veia do pé direito de nosso Senhor Jesus Cristo, no manto da Virgem Pura, da Virgem de Conceição e o sagrado São Clemente tome conta de você, que ele é o curador. Jesus na sabatana, na sabatana de Jesus, aonde se achava Jesus, José e Maria, esses bichos para eles não há. Se é jararaca, folha-seca se é jaracuçu e cipó’.

O contato com os turistas, então, é visto de forma positiva por muitos moradores, pois representa a troca de ideias e informações com pessoas da cidade, como médicos, advogados e pessoas com outras profissões e experiências diversas das dos moradores, de acordo com suas falas. Assim, o isolamento do passado é visto como o oposto de um universo mais plural, experimentado hoje em dia no Aventureiro. Vale lembrar que essa experiência é recente, como percebemos no relato abaixo:

Luís – As coisas mudam, mas não é só aqui no Aventureiro, é em todo lugar: Provetá – o que era o Provetá? O que mais me chama a atenção é que quando eu era criança, a gente era isolado e hoje a gente não é mais isolado. Hoje em dia a gente convive com as pessoas das grandes cidades. Não o ano todo. Daqui a pouco, tamos convivendo aqui, chega o verão, com médico, com advogado. Já convivi aqui com juíza, com várias pessoas. Naquela época não, pô! Era só a gente. Só a gente e mais ninguém. Enchia o saco. O que aparece de advogado aí não tá no gibi. O que aparece de médico aí acampado, entendeu? É gerente de não sei o que mais. Pessoas que falam vários idiomas, gringos.

Nesse fragmento, notamos um fator fundamental nas mudanças ocorridas recentemente no Aventureiro, que é a ampliação das redes de relações pessoais com pessoas de origem diversa, de classes econômicas distintas e que possuem estilos de vida diferentes dos que eram conhecidos dos moradores do Aventureiro. A interação com turistas e visitantes alargou o horizonte de conhecimento dos moradores e possibilitou a apreensão de novos estilos de vida. Essa troca possibilitou inúmeros acontecimentos importantes na vida cotidiana do Aventureiro, desde casamentos e amizades com pessoas de fora, até transações econômicas – como ocorreu no caso da compra dos barcos a motor – e vantagens políticas – como foi o caso da contratação de um advogado para a defesa dos direitos dos moradores –, passando pela aquisição e circulação de conhecimentos – como na ocasião em que um morador, no ano de 2006, se apresentou em um congresso de “populações tradicionais” em Curitiba, convidado por membros de ONGs de Angra dos Reis.

Os moradores do Aventureiro mantiveram, durante muitos anos, uma relação de desconfiança com a chegada de estranhos, motivada pela presença ameaçadora do presídio. Essa postura defensiva e desconfiada intensificou-se com a presença dos funcionários da FEEMA, que representavam uma invasão de seu espaço e uma ameaça de coerção e expulsão de seu local de nascimento. Hoje em dia, percebe-se essa característica principalmente nos moradores mais velhos, que possuem um *habitus*, uma técnica corporal totalmente diferente dos mais novos.

Minha presença como pesquisador foi certamente vista por alguns desses moradores como um incômodo ou até mesmo uma ameaça – à exceção dos mais jovens, que estão muito acostumados a conversar com turistas. É claro que a adaptação aos novos tempos de temporadas turísticas é muito mais difícil para esses moradores mais antigos, que se sentem invadidos, ainda que sustentem suas famílias com a vinda desses turistas. Os mais jovens fazem questão de se separar e se distinguir dos “coroas”, que é como chamam os mais velhos, seja nas roupas, seja nas músicas que escutam ou nos seus hábitos de consumo. É raro ver os homens mais idosos usando bermudas ou shorts, eles costumam preferir as calças compridas dobradas, que usam mesmo quando vão pescar. Estar associado visualmente aos moradores antigos poderia causar vergonha aos jovens, não só diante dos turistas, mas diante deles mesmos, que têm uma relação de distanciamento não só temporal como simbólico dos tempos “da roça”.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que a responsabilidade pela educação passou progressivamente dos pais e avós para o Estado, sobretudo com a expansão da rede de ensino (atualmente, a maioria dos jovens tende a completar os estudos no ensino médio). Neste ponto podemos fazer referência ao texto de Weber (2000) em que assinala uma passagem de uma autoridade de tipo tradicional para uma autoridade racional/burocrática. O maior acesso à educação formal, nas escolas, alterou profundamente as mentalidades e as estratégias pessoais, sobretudo dos mais jovens. Se no passado os homens desde jovens já começavam a pensar em entrar na pesca embarcada e as mulheres iam impreterivelmente para a roça e para os trabalhos de casa, hoje em dia há um alargamento das possibilidades de trabalho e de formação escolar. Saber ler já representa por si só um grande capital cultural, que distingue os mais jovens dos mais velhos. O sistema educacional atual passa progressivamente a dominar a rotina das vidas da maioria das crianças e jovens e, assim, é responsável pela circulação de novas tradições de conhecimento, influenciando de maneira expressiva a reprodução dos meios de vida e das práticas sociais.

Outro ponto muito importante nas lembranças dos moradores a respeito do passado recente é o destaque para as formas de trabalho comunitário, vistas como práticas positivas de agregação social que se perderam com o turismo. Podemos perceber, nos relatos, quatro momentos de trabalho comunitário e de socialização mais estreita entre os moradores: em primeiro lugar, na hora de arar e plantar; em segundo, na construção da casa de “estruque”, principalmente para colocar o barro nas paredes, no chamado mutirão; em terceiro lugar, na pesca coletiva de arrasto da tainha; e por fim, na ocorrência de fugas do presídio, quando as mulheres se reuniam nas casas do canto direito da praia e os homens se revezavam na vigilância.

“Vovô” – Pra construir casa, sempre em casa de estruque precisa mutirão. Não precisa mutirão em casa de tijolo. Se quiser barrear uma casa, chama que todo mundo vão. De tijolo não vai precisar, porque aí é só o pedreiro e aí é pago. Um pedreiro e um ajudante, tá entendendo? Tem que pagar o pedreiro, o pedreiro vive disso, né? Não precisa mais do vizinho.

D. Santinha – Barrear uma casa todo mundo ajudava, puxar uma canoa todo mundo ia ajudar. Aí trocava dia. Ele tinha a roça dele, juntava dois, ia com ele. Quando o outro ia fazer o serviço dele, chamava.

A pesca da tainha, em sua modalidade de arrasto de praia, um dos tipos de trabalho comunitário realizado pelos moradores do Aventureiro, era uma importante fonte de renda no inverno. Essa atividade não é mais realizada, pois além da pouca quantidade de peixe que chega à região no inverno, as redes usadas nesse tipo de pesca estão deterioradas, pois a prática perdeu sua função social e sua importância econômica, como vemos a seguir:

D. Santinha – As mulheres tudo puxavam a rede na época da tainha. A safra de tainha lá pra nós era uma festa. Eu tenho saudades. Em junho, julho, agosto. Quase não dá mais nada hoje. Afugentou mais. Tem muito barco traineira em cima. Eles chegam de tarde, o Valdetário dizia: ‘Menina, tem muita tainha aí’. Ela vinha dormir ali, onde tem aquela ponte, onde encosta o barco pra terra. Um lugar que chama figueira. Ela vinha dormir toda ali. Olha, mas era muita, muita. Escuro. Aí eles saíam de serãozinho, quietinho, quietinho. Aí elas dormiam, eles davam a volta e cercavam. Um dia mataram 14 mil, não foi, Valdetário? 14 mil tainhas chaparam um barco. Canoas grandes. Fizeram aquele cerco. Hoje acabou aquele tipo de rede. Acabou...

Sobre a convivência da população com o presídio, interessa destacar como ocorreu a passagem da Ilha Grande de um lugar “maldito” para um “paraíso” ecológico e turístico. Os discursos dos moradores marcam essa passagem tanto temporalmente quanto simbolicamente – ao valorizar os dias de hoje em relação ao passado de terror das constantes fugas de presos. Entretanto, esse passado de ameaça é significado também positivamente, pois ocasionava a união dos moradores frente às adversidades – diferente do que ocorre no tempo do “cada um por si”, como veremos a seguir:

“Vovô” – O que acabou tudo foi os presos. Era a trava da Ilha Grande. A trava da Ilha Grande era o presídio. Mas não era só a Colônia, era a Ilha Grande toda, era uma trava, não entrava ninguém. Depois do presídio acabou a união no Aventureiro. Acabou não, diminuiu. Antes era todas as mulheres lá com a Lúcia, a Bieca, a mulher do Nezinho. E os homens vigiando. Com o dinheiro, depois do fim do presídio, é só meu *camping* pra cá, o meu pra lá, cada um por si.

D. Célia – Ah, a vida aqui era triste né? A gente aqui vivia entre a cruz e a espada. Porque tava vendo uma hora, você ser morto. Medo mesmo. Todo

mundo tinha medo. Não só a comunidade do Aventureiro, a comunidade da Ilha Grande toda, né? Porque fugia... pra ir na roça tinha que ir com alguém e tinha época que nem podia sair. Nem ia. Os homens na pesca, ficava os mais velhos, as crianças e as mulheres.

Sublinho também que o trabalho com o turismo acabou por criar unidades familiares mais independentes, entendidas pela população como mais “egoístas” e menos envolvidas nas relações de troca:

Luís – Tem certos lugares lá que passa na televisão, aí, né? Casinha de estuque, casinha de sapê, entendeu? O Aventureiro foi assim igual um lugar daquele. Só que tem uma diferença que lá tem a seca, né? Aqui não tinha seca, aqui ninguém passava fome, mas não comia o que come hoje em dia. Hoje em dia a gente come, passa bem, mas naquela época não. Era só peixe. Só peixe e farinha tinha que fazer aqui... Banana, fruta-pão, essas coisas aí. Feijãozinho só no final de semana, no meio de semana só uma moqueca de peixe mesmo. Não tinha luxo nenhum, cara! Não tinha banheiro, tinha que ir no mato. Por isso que todo mundo se ajudava mais, que todo mundo era igual. A partir da hora que uns começaram a subir mais, outros começaram menos. Começou, tipo assim, mais uma desunião, quase. Eu sinto isso, eu vejo isso. Se melhora o *camping* já fica meio falado, entendeu? Já fica uma inveja, assim. Já não tem mais aquele negócio de um fazer visita na casa do outro. Visitava mais. Se reunia mais.

Ainda que seja recorrente a afirmação de que hoje no Aventureiro há uma tendência maior a um modo de vida associado ao individualismo, isso não quer dizer que o passado comunitário tenha sido harmônico. As rivalidades e competição entre as famílias sempre existiram, mas se transformaram ao longo do tempo, assim como os fatores que conferem prestígio e os símbolos de reputação e honra pessoal. A presença de mais dinheiro circulando no Aventureiro, entretanto, certamente contribuiu para o afastamento das famílias e garantiu uma maior independência e impessoalidade, rompendo, em grande medida, com o circuito de troca e reciprocidade e inserindo, pouco a pouco, a prática de pagamento por serviços prestados.

Considerações finais

Como vimos até aqui, os moradores do Aventureiro destacaram um passado “das roças” e da pesca de subsistência, em que havia um maior isolamento das pessoas em relação ao continente, além da sensação de insegurança gerada pelas instituições carcerárias da Ilha Grande. Esses elementos contribuíram para produzir um sentimento e um discurso de que aqueles eram os anos de dificuldade, isolamento e escassez, mas ao mesmo tempo “o povo era mais unido”. Essas representações são produzidas em oposição ao presente, em que o turismo representa o sustento principal das famílias, que vivenciam uma ascensão social e econômica sem precedentes na história da ilha Grande. Pôde-se perceber ao longo da pesquisa que algumas formas de trabalho comunitário se extinguíram no Aventureiro e que, além disso, o turismo não apenas modificou a vida econômica das famílias como também ampliou as redes de interação social dos moradores.

É possível afirmar que o turismo intensificou o processo de “liberação” das obrigações mútuas, que estavam baseadas nas dívidas morais decorrentes dos trabalhos comunitários, assim como exacerbou a heterogeneidade econômica das famílias do Aventureiro, que teve seu início na pesca embarcada e nos raros exemplos de moradores que possuíam um emprego público, ou que trabalhavam em casas de família, antes do turismo. Essa diferenciação econômica vem acompanhada de uma diferenciação social, de status, a partir da aquisição de um novo capital simbólico – de acordo com o grau de interação com os turistas –, com o acesso à televisão, à escola e assim por diante. Se, de acordo com os relatos, havia uma uniformidade social maior no passado, hoje existem mais possibilidades de diferenciação, que são acionadas e utilizadas de acordo com as estratégias pessoais – o que se reflete numa maior autonomia das famílias, num processo de individualização e num aumento da competição entre as pessoas.

Todo um vocabulário ambiental que se relaciona também aos direitos dos moradores do Aventureiro passou a circular nas negociações simbólicas em torno da permanência dos moradores no Aventureiro e da possibilidade de viver do turismo. Categorias como “população tradicional” e “caiçara”, principalmente, passaram a ser acionadas no campo das disputas simbólicas, tanto para acusar os moradores de terem perdido suas “características culturais originais” ao viverem do turismo, quanto para os moradores defenderem seu direito à terra, definindo-se como “protetores do meio ambiente”, realizando

um turismo “sustentável”, baseado em características “tradicionais” como o trabalho familiar, por exemplo. É nesse momento de crise que os moradores passaram a utilizar a memória, e sua própria história, como ferramenta política para legitimar não apenas sua presença em seu local de origem, mas também o seu direito a vivenciar as mudanças e o novo estilo de vida.

No trabalho de pesquisa aqui apresentado procuro tratar a mudança social como um fenômeno inexorável no curso da história, e não como um fator de alteração da ordem, de destruição cultural ou de perturbação de um suposto equilíbrio social. Os indivíduos, os grupos, em geral, se modificam ao longo de sua existência, o que demanda do pesquisador uma atenção aos processos históricos e aos efeitos sociais da mudança, que também estão circunscritos ao período no qual se realiza a pesquisa. Entender a história a partir das narrativas dos moradores não apenas reafirma o poder e a vitalidade de grupos sociais marginalizados ou excluídos dos centros de tomada de decisão, mas – principalmente – contribui para que não se reproduzam discursos que cristalizam essas populações como entidades monolíticas, em torno de categorias como “populações tradicionais” ou “caiçaras”. Neste sentido, entender os significados da memória dos moradores do Aventureiro, que em grande medida “inventam” seu passado, é abrir um caminho para compreender também a afirmação do seu futuro, em seus próprios termos.

Referências

BARTH, Fredrik. *Balinese worlds*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1993.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: EDUSP, 1973.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CONNERTON, Paul. *How societies remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

COSTA, Gustavo V. L. A entrada do direito na resolução de um conflito ambiental: a gestão personalizada de uma Unidade de Conservação na Praia do Aventureiro (Ilha Grande, RJ). *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 3, n. 7, p. 9-31, jan./ mar. 2010a.

_____. O território tutelado: o caso do Aventureiro, Ilha Grande-RJ. *GEOgraphia*, v. 12, n. 23, p. 108-123, 2010b.

DUARTE, L. F. D. *As redes do suor: reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba*. Niterói: EDUFF, 1999.

GUÉRIOS, Paulo Renato. *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional/ UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

_____. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976.

LEACH, E. R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo: EDUSP, 1995.

LÉVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Editora Abril, 1976.

MINTZ, Sidney. *Worker in the Cane: a Puerto Rican life history*. New Haven; London: Yale University Press, 1960.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero; Brasília: CNPq, 1988.

POLLAK, Michael. *L'Expérience concentrationnaire: essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris: Editions Métailé, 1990.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TONKIN, Elizabeth. *Narrating our past: the social construction of oral history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora UNB, 2000. v. 1.

Fontes orais

D. ANGELINA. [*Sobre o uso de ervas medicinais*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 16 ago. 2005.

D. CÉLIA. [*Sobre o presídio*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 18 maio 2004.

D. SANTINHA. [*Sobre sua juventude no Aventureiro*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 17 maio 2004.

JANETE. [*Sobre sua infância*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 17 maio 2004.

LUÍS. [*Sobre sua infância*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 17 maio 2004.

_____. [*Sobre o trabalho na pesca*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 10 jan. 2006.

“VOVÔ”. [*Sobre o mutirão e sobre o presídio*]. Entrevista concedida a Gustavo Villela Lima da Costa. Angra dos Reis, 18 maio 2004.

Resumo: Com base em pesquisa etnográfica, este artigo busca compreender o significado social da produção de memórias sobre o passado recente no povoado do Aventureiro (Ilha Grande, RJ), marcado por intensas mudanças econômicas e sociais. As principais questões que me proponho a discutir aqui são: Como os moradores do Aventureiro interpretam e dão significado a essas mudanças? Como o passado é ressignificado na construção de uma memória “coletiva” que é utilizada politicamente pelos atores sociais? Os relatos orais, a memória e os seus significados produzem símbolos que mobilizam uma “força inovadora”, que “inventa” em alguma medida o passado (assim como a “cultura” ou a “tradição”). Nesse sentido, o estudo procura contribuir, também, para a compreensão dos processos por meio dos quais as culturas inventam a si mesmas e projetam, sobre essas bases, seu futuro.

Palavras-chave: história, memória, mudança social, Ilha Grande.

**Memory and Social Change in Aventureiro (RJ):
the past revisited and the right to future**

Abstract: Based on ethnographic research, this paper seeks to understand the social significance of the production of memories about the recent past in Aventureiro village in Ilha Grande (Brazil), against a backdrop of intense economic and social changes. The main issues I want to discuss here are: how do the locals interpret and give meaning to these changes? How is the past ressignified in the production of a “collective” memory used politically by social actors? Oral

histories, memory and their meanings produce symbols that activate an “innovative force” that in a certain extent “invents” the past (as well as “culture” or “tradition”). In this sense, we intend also to contribute to the understanding of the processes by which cultures invent themselves and project, on that basis, their future.

Keywords: history, memory, social change, Ilha Grande.

Recebido em 12/07/2013

Aprovado em 13/12/2013